

## Dashboard de Rendimentos, IRS e Desigualdades <sup>1</sup>

Paulo Renato Costa e Rui Rodrigues<sup>2</sup>

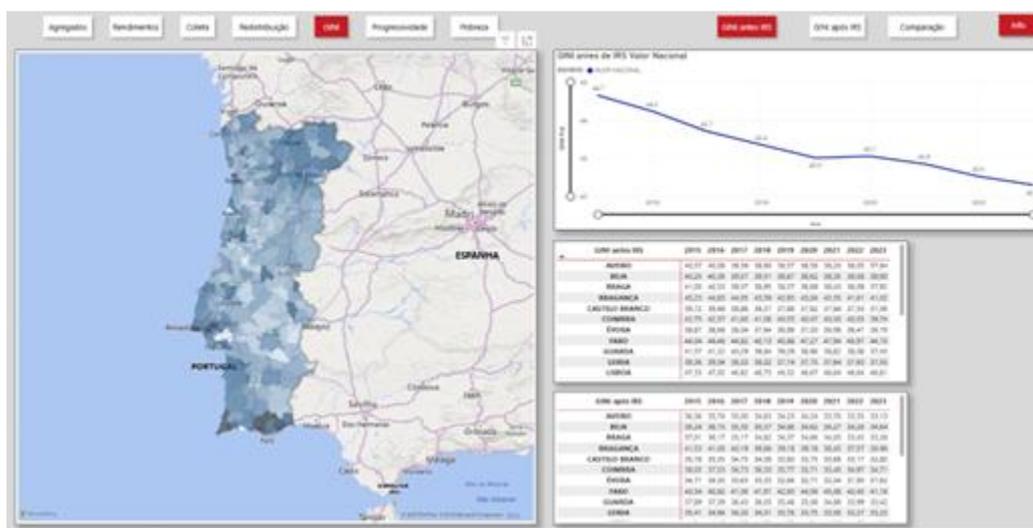
O GPEARI publicou o *Dashboard* de Rendimentos, IRS e Desigualdades, que pretende apresentar uma análise nacional, regional e local do impacto das taxas progressivas de IRS no rendimento disponível das famílias, na desigualdade e em indicadores de pobreza.

Para a elaboração do *dashboard* foram utilizados os dados administrativos das declarações de IRS e das notas de liquidação, considerando apenas os rendimentos que são englobados para a determinação das taxas progressivas de IRS<sup>3</sup>, o valor da coleta apurado pela aplicação das taxas progressivas (exclui o valor da coleta referente a rendimentos não englobados) e o montante das deduções à coleta, incluindo o benefício municipal.

Os resultados são apresentados por adulto equivalente (utilizando a escala modificada da OCDE<sup>4</sup>), considerando os agregados familiares residentes (constituídos pelos titulares de rendimentos e respetivos dependentes) que procederam à entrega da declaração de IRS. Para o apuramento dos agregados familiares, foram agrupados, no mesmo agregado, os sujeitos passivos casados ou unidos de facto que optaram pela entrega separada das respetivas declarações de rendimentos.

Os resultados encontram-se disponíveis para os anos de 2015 a 2023, em quatro níveis de agregação: nacional, NUTS II, distrito e concelho. O GPEARI prevê a atualização do *dashboard* no final do corrente ano com os dados referentes a 2024.

**Imagem 1. Dashboard de Rendimentos, IRS e Desigualdade**



A consulta do *dashboard* permite constatar que, entre 2015 e 2023, o número de agregados familiares aumentou 18,1% (mais 909 mil agregados). Regionalmente, o maior crescimento registou-se na Península de Setúbal (26,1%), enquanto a região Centro foi a que teve o crescimento mais modesto (12,8%). A nível local, verifica-se que o número de agregados diminuiu em 35 concelhos, sendo de destacar os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Mora, com reduções de 8,7% e 6,2%, respetivamente. Em sentido contrário, destacam-se os concelhos de Odemira, Aljezur e Albufeira, todos com crescimentos superiores a 50% (97,3%, 56,9% e 51,3%, respetivamente).

Relativamente ao rendimento englobado para determinação da taxa progressiva de IRS, verifica-se que este aumentou 36,7%, enquanto a coleta aumentou 44,9%. Este crescimento da coleta superior ao crescimento do rendimento traduziu-se num aumento da taxa média de IRS em 0,7 p.p., entre 2015 e 2023. De facto, com exceção dos anos de 2018 e 2023, em que se registaram diminuições na taxa média de IRS (-0,2 p.p. em ambos os anos), esta aumentou em todos os outros anos.

Analisando a evolução da taxa média de IRS ao nível regional, verifica-se que aumentou em todas as regiões, com exceção da Madeira, onde diminuiu 2,3 p.p., fruto das reduções das taxas progressivas em vigor na Região Autónoma. A nível local, verifica-se que a taxa média de IRS aumentou mais de 2 p.p. nos concelhos de Arruda dos Vinhos, Santo Tirso, Alcochete, Gavião e Coruche, enquanto nos concelhos do Funchal e de Santa Cruz, ambos da Região Autónoma da Madeira, diminuiu mais de 2 p.p..

Quando analisado o impacto do IRS na redistribuição de rendimentos e na diminuição da desigualdade, verifica-se que o índice de Gini após IRS, em Portugal, entre 2015 e 2023, reduziu-se em 2,7 p.p., com o índice de redistribuição de Reynolds-Smolensky<sup>5</sup> a registar um aumento, no mesmo período, de 0,3 p.p. Ao nível regional, foi na região Norte que se verificou a maior redução da desigualdade medida pelo índice de Gini pós IRS (-4,1 p.p.), tendo sido apenas a região do Algarve a registar um aumento da desigualdade (+0,8 p.p.). A Região Autónoma da Madeira e o Algarve foram as únicas regiões que registaram uma diminuição no índice de redistribuição (-0,5 p.p. e -0,1 p.p., respetivamente). Ao nível local, verificou-se um aumento do coeficiente de Gini em 18 concelhos, sendo de salientar que 9 desses concelhos pertencem à região do Algarve (Vila do Bispo, Lagos, Aljezur, Loulé, Castro Marim, Tavira, Vila Real de Santo António, Albufeira e Silves).

Quando comparado o valor do índice de Gini pós IRS em 2023, verifica-se que este é superior ao valor nacional (37,3) nas regiões da Grande Lisboa, Algarve e Açores, sendo de destacar as duas primeiras com índices superiores a 40 (41,7 e 41,2, respetivamente). Ao nível local, existem 41 concelhos com índice de Gini superior ao valor nacional, destacando-se os concelhos de Lagos, Lisboa, Tavira, Loulé e Cascais, todos com um índice superior a 45. Em sentido contrário, destacam-se os concelhos de Palmela, Barrancos, Portel, Alandroal e Borba, com índices de Gini, em 2023, inferiores a 32.

No que concerne aos indicadores de pobreza, verificou-se, a nível nacional, uma redução da taxa de pobreza de 2,2 p.p. (passando de 22,4% em 2015 para 20,2% em 2023), associada a um aumento do valor do limiar de pobreza de 40,9%. A nível regional, apenas as regiões da Madeira, Açores e Norte registaram uma

---

<sup>5</sup> O índice de redistribuição de Reynolds-Smolensky corresponde à diferença entre o Gini antes de IRS e pós IRS.

redução da taxa de pobreza superior à nacional (-3,8 p.p., -3,4 p.p. e -2,8 p.p., respetivamente). Em 2023, a região da Grande Lisboa foi a única a registar uma taxa de pobreza superior à nacional.

Ao nível local, a taxa de pobreza, entre 2015 e 2023, aumentou em 21 concelhos, com destaque para os concelhos de Odemira e Aljezur, que registaram crescimentos da taxa de pobreza de 5,2 p.p. e 4,2 p.p., respetivamente. Em 2023, existiam 111 municípios com uma taxa de pobreza superior à nacional. Em sentido contrário, é de destacar a existência de 18 municípios com uma taxa de pobreza inferior a 15%.